

**RE nos EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.198.722 - ES (2017/0284808-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : PREVIDÊNCIA USIMINAS**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO LUIZ AKAOUI MARCONDES - SP040922**  
**MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL - MG064029**  
**ADVOGADOS : LARA CORRÊA SABINO BRESCIANI - DF024162**  
**JULIANA DE CASTRO PRUDENTE - MG060232**  
**RAFAEL ALESSANDRO VIGGIANO DE BRITO TORRES - SP173805**  
**SABRINA COUTINHO BARBOSA - ES017380**  
**CARINA DE CARVALHO AZEVEDO E OUTRO(S) - ES019904**  
**ALINE RABELO DE AZEVEDO BARAONA - ES010105**  
**RECORRIDO : LUIZ CARLOS MACHADO DA SILVA**  
**ADVOGADO : LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA - ES006942**  
**ADVOGADOS : DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBÃO - ES007322**  
**BRUNO CASTELLO MIGUEL E OUTRO(S) - ES016106**

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por PREVIDÊNCIA USIMINAS, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 2.400):

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA.

1. É inepta a petição de agrado interno no agrado em recurso especial que não impugna, especificamente, os fundamentos da decisão agravada.

2. Agrado interno no agrado em recurso especial não conhecido, **com multa.**

Foram opostos dois embargos de declaração na sequência, sendo os primeiros não conhecidos (fls. 2.434/2.439) e os segundos rejeitados (fls. 2.458/2.463), com a imposição de multa protelatória de 1% do valor atualizado da causa.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 2.468/2.490), sustenta a parte

recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 97 e 103-A, ambos da Constituição Federal.

Alega que não é obrigatória a impugnação de todos os fundamentos da decisão impugnada, mas apenas àqueles que sustentam o *decisum* por si sós, nos termos do princípio da dialeticidade.

Defende que o artigo 1.002 do Código de Processo Civil respalda a interposição recursal nesses termos e, acaso o Superior Tribunal de Justiça se abstenha de aplicá-lo, deveria "reconhecer, *incidenter tantum*, a sua inconstitucionalidade sem redução de texto" (fl. 2.471), em controle difuso de constitucionalidade, adotando a regra da reserva de plenário para tanto, bem como o enunciado n. 10 da Súmula Vinculante do Pretório Excelso, remetendo os autos para o julgamento pelo seu órgão plenário.

Em outro viés, consigna que o precedente no EAREsp n. 746.775/PR deve ser aplicado apenas em casos ocorridos após a sua publicação, em 30.11.2018, em atenção ao princípio da segurança jurídica e ao artigo 5.º, inciso XXXVI, da Carta Magna.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 2.497/2.505.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal**.

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário não conheceu do agravo interno no agravo em recurso especial em razão da deficiência da impugnação recursal, que não refutou os fundamentos da decisão recorrida, aplicando o enunciado n. 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE n. 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

(RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 97 e 103-A da Constituição Federal, bem como ao artigo 5.º, inciso XXXVI, da Carta Magna.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Vice-Presidente